

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009699-90.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Preserv Comércio de Materiais de Construção e Localização de Caçambas Ltda - Me**  
 Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Preserv Comércio de Materiais de Construção e Localização de Caçambas Ltda - Me propôs a presente ação contra o réu Banco do Brasil S/A, requerendo:

a) a condenação do réu na prestação de contas, especificando as receitas e a aplicação das despesas, bem como o respectivo saldo, explicando e comprovando todos os índices referentes aos créditos e débitos das operações bancárias, inclusive correlatas autorizações de taxas e comissões lançadas, envolvendo também as operações de OUROCAP, referente à conta vinculada nº 1.416-8, agência 3062-7, e de todos os contratos existentes, desde 13/05/2008, bem como praticados nos contratos e em todas as operações que utilizou; b) a condenação do réu em apresentar todos os documentos representativos dos contratos havidos e extratos de movimentação desde a abertura da conta, nos termos do art. 399 e ss. do CPC, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as contas que a autora apresentar em Juízo.

A tutela de urgência foi indeferida às folhas 170.

O réu, em contestação de folhas 182/186, suscitou preliminar de falta de interesse de agir e, no mérito, requereu a improcedência do pedido, alegando que: a) para que posse se defender ou até mesmo prestar as contas solicitadas, é preciso saber qual período se pretende discutir; b) a autora sempre que desejasse poderia obter extratos nos terminais de auto-atendimento, ou, ainda, via telefone, fax e Internet referentes à sua movimentação bancária e outras informações que julgasse necessárias ou convenientes; c) os termos do contrato de abertura de conta corrente assinado entre as partes são claros e objetivos, e em nenhum momento ferem os dispositivos legais vigentes, não contendo em


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

seu corpo artigo que de alguma forma possa ser prejudicial às partes que o celebraram, o que também deve ser discutido em sede de ação ordinária própria; d) os extratos, faturas e contrato em questão não encerram qualquer lançamento abusivo ou oneroso, mantendo-se o réu dentro dos limites estabelecidos pelas cláusulas contratuais firmadas entre as partes, e os lançamentos efetuados pelo réu encontram-se previstos nos contratos assinados pela autora, portanto, perfeitamente válidos.

Réplica de folhas 521/525.

Relatei. Decido.

De início, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, uma vez que, segundo o enunciado da Súmula 259 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, abaixo transcrita, cabe à instituição financeira prestar contas sobre a movimentação em conta corrente mantida pela autora, conforme requerido.

*Súmula 259: A ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta corrente bancária.*

No mérito, procede a causa de pedir.

Pretende a autora a condenação da ré na prestação de contas, especificando as receitas e a aplicação das despesas, bem como o respectivo saldo, explicando e comprovando todos os índices referentes aos créditos e débitos das operações bancárias, inclusive correlatas autorizações de taxas e comissões lançadas, envolvendo também as operações de OUROCAP, referente à conta vinculada nº 1.416-8, agência 3062-7, e de todos os contratos existentes, desde 13/05/2008, bem como praticados nos contratos e em todas as operações que utilizou.

Não assiste razão ao réu ao alegar que é preciso saber qual o período que se pretende discutir, pois a inicial é clara ao requer que a prestação de contas se dê desde a data de 13/05/2008.

Também não assiste razão ao réu ao alegar que a autora sempre que desejasse poderia obter extratos nos terminais de auto-atendimento, ou, ainda, via telefone, fax e Internet referentes à sua movimentação bancária e outras informações que julgasse



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

necessárias ou convenientes, pois o que se pretende é a prestação de contas e não puramente a exibição de documentos.

Não cabe, ainda, na primeira fase da ação de prestação de contas, a discussão das cláusulas contratuais, limitando-se o julgador em determinar, ou não, que o réu apresente as contas pormenorizadamente.

A instituição financeira, na condição de depositária, está sujeita à obrigação de prestar contas ao seu cliente, fato esse que lhe impõe o dever de guardar os extratos das contas de seus clientes por período igual ou superior ao necessário para a ocorrência da prescrição.

O titular de conta corrente, independentemente do recebimento dos extratos mensais, pode acionar judicialmente a instituição financeira, objetivando receber a prestação de contas dos serviços que lhe são prestados, aí incluídos os encargos cobrados.

Frise-se que a prestação que se pretende, deve ser pormenorizada, conforme o magistério de Adroaldo Furtado Fabrício:

"Prestar contas significa fazer alguém a outrem, pormenorizadamente, parcela por parcela, a exposição dos componentes de débito e crédito resultantes de determinada relação jurídica, concluindo pela apuração aritmética do saldo credor ou devedor, ou de sua inexistência. A natureza dessa rotação jurídica pode variar muito; de um modo geral, pode-se dizer que deve contas quem quer que administre bens, negócios ou interesses de outrem, a qualquer título. Há de prestar contas, por outras palavras, aquele que efetua e recebe pagamentos por conta de outrem, movimentando recursos próprios ou daquele em cujo interesse se realizam os pagamentos e recebimentos. Não há correlação necessária entre o dever jurídico de prestar contas e a situação de devedor; nem aquele a quem as contas são devidas é necessariamente credor de algum pagamento. A prestação de contas tem precisamente a finalidade de aclarar qual o estado, em determinado momento, das relações contrapostas de débito e crédito entre os interessados, de tal modo que só depois de prestadas se saberá quem há de pagar e quem tem a receber" (in "Comentários ao Código de Processo Civil, vol. VIII, tomo III, pág. 387, Forense, 1980).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ademais, como já dito acima, nos termos da Súmula 259 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, cabe à instituição financeira prestar contas sobre a movimentação em conta corrente mantida pela autora, conforme requerido.

De rigor, portanto, a procedência do pedido de prestação de contas.

Outrossim, a exibição de documentos decorre da própria prestação de contas, razão pela qual de rigor a procedência de tal pedido.

Diante do exposto, acolho o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de (i) condenar o réu a prestar as contas, especificando as receitas e a aplicação das despesas, bem como o respectivo saldo, explicando e comprovando todos os índices referentes aos créditos e débitos das operações bancárias, inclusive correlatas autorizações de taxas e comissões lançadas, envolvendo também as operações de OUROCAP, referente à conta vinculada nº 1.416-8, agência 3062-7, e de todos os contratos existentes, desde 13/05/2008, bem como praticados nos contratos e em todas as operações que utilizou, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que a autora apresentar; (ii) condenar o réu a apresentar todos os documentos representativos dos contratos havidos e extratos de movimentação desde a abertura da conta, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as contas que a autora apresentar em Juízo. Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 30 de dezembro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**